

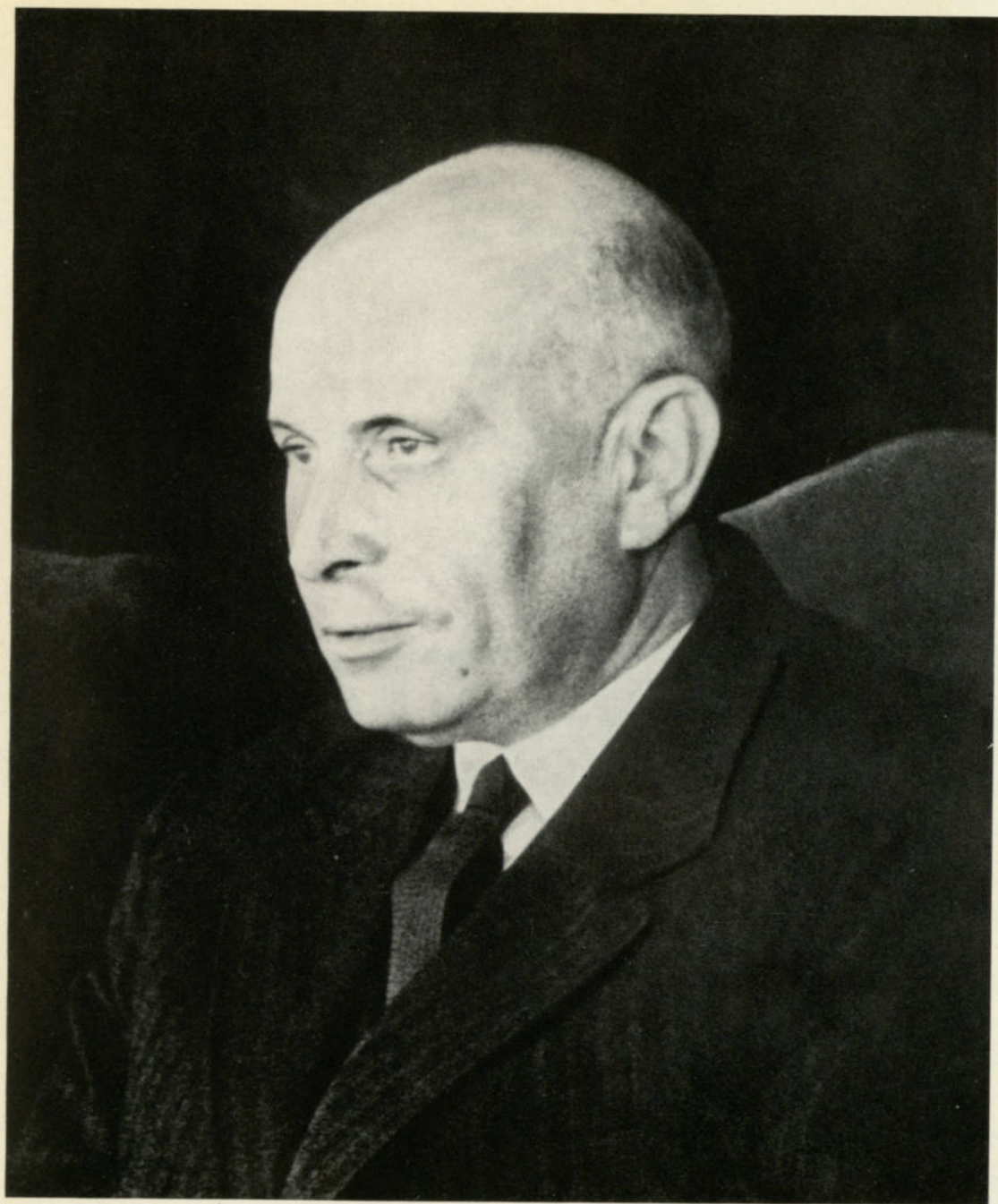
1971

MIENSAGEM
DE

ANO NOVO

DO CHEFE
DO ESTADO

817
SEIT



1971

MESSAGEM
DE

ANO NOVO

DO CHEFE

DO ESTADO

S. NI
5

INCORPORAÇÃO

323

1951
MINISTÉRIO
DE
AQUICULTURA
E PESCA
DO BRASIL

EIS-NOS chegados ao primeiro dia da oitava década do século XX, pelo que precisamente de hoje a trinta anos surgirá, para os que então viverem, o primeiro dia do século XXI.

Trinta anos foram sempre muito tempo em todos os séculos, mas nunca, como neste, a sua influência pode tornar-se tão decisiva na vida da Humanidade. O que, na realidade, poderá suceder nos próximos trinta anos? Como utilizarão os homens os prodígios da ciência e da técnica que os anos vindouros porão ainda mais profusamente ao seu alcance? Caminharão no sentido do seu cauteloso progresso ou do seu aniquilamento? São perguntas insusceptíveis de qualquer resposta, mas que deveriam estar sempre presentes na mente de todo o homem consciente das suas responsabilidades, responsabilidades que o futuro certamente irá tornando cada vez maiores e mais pesadas.

Após esta breve divagação, que o dia de hoje motivou, mais uma vez ainda dirijo uma mensagem amiga a todos os portugueses, no dealbar dum novo ano, fiel, como tento sempre ser, às obrigações do meu cargo: e não o

faço, apenas, por dever de consciência, mas, também, por imperativo do coração. É que neste dia singular de cada ano a esperança substitui as desilusões acumuladas no ano anterior e ao Chefe do Estado cumpre, muito gostosamente aliás, a missão de desejar nele a todos os seus compatriotas as maiores venturas e todos os possíveis e devidos progressos. Para mais e como disse nas minhas primeiras palavras, começa hoje a oitava década do século em que vivemos e essa circunstância leva-me a ambicionar que nela os portugueses possam ver realizadas todas as suas legítimas aspirações e, entre elas e principalmente, como povo pacífico que muito se preza de ser, a do fim da guerra que a defesa da integridade sagrada da sua Terra lhe impôs.

Expressos estes muito sentidos votos, nos quais envolvo, por igual, todos os meus irmãos portugueses, de quaisquer etnias ou credos, residindo em chão lusíada ou batendo-se nele e vivendo em comunidades ou isoladamente em terra estranha, procurarei, como tenho feito nos anos anteriores, apreciar alguns aspectos internacionais e caseiros do ano que ontem terminou os seus dias.

Internacionalmente e na minha perspectiva, o ano de 1970 é mais para esquecer do que para lembrar, pois nele se assistiu a confrangedores retrocessos morais. O Mundo anda profundamente perturbado, sem rumo definido e os homens mostram-se incapazes de o reconduzir a uma rota segura e em que o conveniente aproveitamento dos espantosos progressos da ciência e da técnica poderia contribuir, grandemente, para precipitar o advento duma era mais feliz para toda a Humanidade.

As considerações que seguidamente farei sobre o panorama que a minha perspectiva alcançou, não devem ser tidas como simples críticas pessimistas ao que está ocorrendo, mas, sobretudo, como grito de alarme tendente a chamar a atenção dos principais responsáveis pela condução do Mundo para os males, ainda mais graves, que podem sobrevir e para os perigos que eles comportam e que cada vez mais dificilmente poderão ser sanados. Antecedo, porém, essas considerações duma síntese do quadro que os meus olhos observaram, na contemplação do panorama do Mundo, no ano que ontem findou.

As guerras continuaram pululando, sem declaração de guerra — o que as não tem evitado — e olvidando todos os apelos de paz.

As convulsões políticas, dentro de alguns países, aumentaram em número e em intensidade.

O respeito pela casa alheia parece estar esquecido e constituir, como direito, mais uma velharia fora de moda.

A imoralidade nos costumes, as drogas e a pornografia campeiam alarmantemente em quase todo o lado, difundidas por uma literatura baixa, barata e amplamente disseminada; por um cinema em busca de maiores lucros; por um teatro que procura sobreviver; e, até, por algumas artes, que deixaram, na verdade, de o ser.

O mundo do crime veio à superfície, através de roubos que o sustentam, de assaltos, de desvios de aviões, de raptos incríveis, e de outros malefícios, com uma desenvoltura apavorante e uma quase impunidade assaz perigosa.

A anarquia surgiu mais virulenta em quase toda a parte, das mais variadas maneiras e em muitos sectores

da sociedade, eivada do espírito de destruição que a caracteriza e, conseqüentemente, sem que nela se consiga vislumbrar qualquer outra finalidade.

A verdade continua postergada e cada vez mais substituída pela mentira.

O respeito pela vida humana e o dever de respeitar os direitos alheios andam também cada vez mais esquecidos.

A própria igreja de Cristo, um dos principais baluartes da civilização ocidental, continua perigosamente perturbada e debatendo-se em correntes visivelmente discordantes.

Perante este quadro muito pouco animador e onde não existe pessimismo, mas somente realismo, que pensar, que fazer?

À custa de muitas vidas e de horríveis tragédias, as duas grandes guerras da primeira metade deste século precipitaram explosivamente os progressos da ciência e da técnica. Infelizmente, porém, o apuramento no civismo dos povos não acompanhou o ritmo desses progressos e o desfazamento que se foi acentuando cada vez mais, é

possivelmente uma das principais causas do mal-estar do Mundo e da tendência para a animalidade, que parecia quase banida do convívio humano.

Dessas duas guerras saíram, como fruto da primeira, a Sociedade das Nações e, como fruto da segunda, as chamadas Nações Unidas. Na primeira, embora aparentemente, todas as nações tinham iguais direitos; na segunda, não obstante ter surgido um quarto de século depois, já assim não sucedeu, pois nasceu com nações privilegiadas e com direito a veto, que tanto pode ser usado em bom como em mau sentido, mas sempre no sentido do interesse directo ou indirecto da nação que o utiliza. A verdade manda dizer que nem a Sociedade das Nações (se bem que mais idealista) cumpriu a missão para que foi criada, nem as Nações Unidas, que lhe sucederam, a conseguiu cumprir até hoje. A O. N. U. tem sido praticamente dominada pelas nações comunistas e por nações que há um quarto de século não existiam e essa realidade tem sido causa de nela se debaterem muito mais os interesses e as paixões, do que o direito de que cada nação deve fruir e a justiça que a todas é igualmente

devida. Por outro lado, tem-se verificado que, depois de as Nações Unidas terem surgido, não mais deixaram de eclodir guerras em vários continentes, claro sem declarações formais de guerra, como outrora, mas guerras autênticas e mais brutais do que nunca. E mesmo longe da ideia de considerar a O. N. U. como um organismo fomentador de guerras, o que não pode deixar de dizer-se é ela não ter mostrado capacidade para as evitar ou, sequer, para as sanar. Tal conclusão, certa até agora, mostra ter ela falhado na missão fundamental para que foi criada.

A inoperância da O. N. U., nessa sua missão, e a ânsia dos Estados em proporcionarem cada vez mais progresso material às populações que administram, sem, simultaneamente, cuidar a fundo da educação moral de que careçam, podem estar, também, na base do descabro para que tem caminhado ultimamente a humanidade. É necessário, direi mesmo indispensável, que cada pessoa tenha enraizada, no íntimo da sua consciência, a noção exacta do que pode fazer e do que não deve fazer, dos direitos de que pode usufruir e que são só legítimos

enquanto não colidirem com legítimos direitos alheios. Só por não ser assim é que, para melhor equilíbrio da humanidade, se não deve esquecer que cada pessoa e cada sociedade só deve gozar das liberdades que mereça pela sua maturidade e pela sua compostura na vida.

Ora não é infelizmente isto o que presentemente se verifica, pelo que sem andar ao arrepio do tempo e sem desprezar as facilidades que o progresso vai proporcionando, temos essencialmente de preservar a humanidade dos malefícios que o progresso indirectamente pode causar, contaminando cada vez mais o ambiente em que vive.

A tudo isto acresce e não é a menor parcela do todo a considerar, a conspiração, há muito em marcha e perfeitamente organizada, com o fito de precipitar o fim da civilização ocidental. Tudo está sendo sistemática e inteligentemente minado, sem aquela oposição que se tornava mister pôr em marcha. Em vez de reagir prontamente e com todas as potencialidades morais e materiais de que a civilização ocidental ainda dispõe, está, ao invés, contribuindo inexplicavelmente, com a sua inércia, a sua

degradação e a tolerância com que aceita tudo, para precipitar, mais rapidamente, o triste desenlace que a espreita.

Tem-se assistido, nos últimos anos e não apenas no que findou, a um trabalho permanente de corrupção moral da humanidade, utilizando um sem-número de meios, numa poluição constante das almas e visando, sobretudo, a juventude. A grande maioria não está ainda e felizmente corrompida e é indispensável que o não seja. Para tanto há que adoptar medidas profilácticas eficientes, que se oponham à generalização do mal e que terminar, de vez, com complacências que redundem em desprestígio da autoridade e o agravam cada vez mais. Os responsáveis pela condução do Mundo de hoje, que não estão certamente interessados em que ele resvale mais para a miséria moral para que caminha, têm obrigação de agir e sem demora.

À degradação moral que estamos presenciando, foi acrescentada, nos últimos anos, a destruição de bens materiais, duma forma sistemática e sem qualquer finalidade, esquecendo que se trata de trabalho alheio, que merece respeito, e de valores que representam suor do

povo. O espírito anárquico que parece estar a desenvolver-se tem de ser combatido por todos os meios e com toda a firmeza. A condescendência com tal espírito, seja qual for o aspecto que revista, é conivência com o crime, pois de crime se trata.

De igual modo há que considerar a pirataria do ar, os raptos e os assaltos. São tudo crimes comuns, mesmo que se lhes queira dar outro cariz. Urge reprimi-los com as medidas adequadas à sua natureza e à sua enormidade. Quem manda e é responsável pela ordem dentro de cada país não pode transigir, nem pode hesitar. Tem de cumprir o seu dever, para estar à altura da sua missão. E a propósito do desvio de aviões, que já ultrapassou a centena, vem-me à memória o assalto ao paquete português *Santa Maria* e o seu desvio da rota que seguia. Isso passou-se há quase dez anos e foi celebrado, então, como acto meritório. Mas a semente tinha de dar frutos e eles brotaram, agora com repulsa geral, mas um tanto tardia.

Há presentemente, também, uma tendência mórbida para denegrir e até para apagar o passado. É evidente

que não se deve evocar o passado, a propósito de tudo e de nada, nem pretender viver exclusivamente dele, pois isso seria triste sintoma de incapacidade. Mas recordar o passado, na medida em que essa recordação significa veneração pelos valores que ele representa e incentivo para enfrentar melhor as tarefas do futuro, não é motivo para crítica, mas antes para louvor. De resto, não podemos esquecer que todas as maravilhas, e tantas são, que o século XX tem criado, são devidas à inteligência do homem, à sua imaginação e ao seu trabalho e que os homens que as criaram são homens do passado ou, quando muito, homens do presente. Não merecem eles a consideração e a gratidão dos que agora desabrocham para a vida e que só existem porque eles existiram?

Não se deve transigir com os defeitos do Mundo, nem sentir receio ou pejo de dizer a verdade. O Mundo vai mal porque os homens tornaram inquieta a vida e possibilitaram que um mesmo acto e um mesmo facto possam ser tidos como sublimes por uns e monstruosos por outros.

É já tempo de terminar esta primeira parte da mensagem e faço-o afirmando uma verdade que não deve ser esquecida por quem manda: grande parte da humanidade, a sua melhor parte, aspira a viver e a trabalhar em sossego; a ele tem indiscutível direito, o que significa que esse direito não pode deixar de lhe ser eficientemente garantido.



Na vida portuguesa, o acontecimento mais saliente do ano que findou foi a morte do Presidente Salazar, o mais fiel e extraordinário servidor da Nação nos últimos séculos, ocorrida em 27 de Julho. Afastado da vida pública desde 27 de Setembro de 1968, em consequência de mal irreversível, os quase dois anos que sobreviveu à grave crise que o incapacitou, confirmaram infelizmente o acerto das graves e sentidas palavras que dirigi ao País no começo da noite do dia anterior.

A sua longa permanência no Governo constituiu um caso único no Mundo deste século, pois manteve-se inin-

terruptamente no Poder durante 40 anos e cinco meses, desde 27 de Abril de 1928, dia em que foi empossado no cargo de Ministro das Finanças. Três vezes, pois, o dia 27 marcou na vida de Salazar.

Privei mais directamente com o Presidente Salazar durante um quarto de século, primeiramente como Ministro da Marinha e depois como Chefe do Estado. Das nossas longas conversas, em que pude apreciar a sua penetrante inteligência, a lógica das suas deduções, a firmeza do seu carácter e da sua conduta, a constância do seu pensamento, o profundo conhecimento da política mundial, guardo inesquecíveis recordações. Dele bem se podia afirmar que albergava num corpo aparentemente débil a alma dum gigante.

Visitei-o, com frequência, durante a sua doença e colhi das visitas que lhe fiz as impressões mais descontraídas. A respeito de factos ligados a outros ocorridos antes de adoecer, manteve sempre a mesma clareza de raciocínio e a mesma agudeza de análise, através duma fluência talvez mais de jacto do que a que lhe era habitual antes da doença, mas em que não se notava a falta do

termo mais adequado. Ao contrário, nos factos novos, sem relação com os do passado, tudo era diferente, pois ou os não fixava ou os retinha por pouco tempo. Mas apesar dessas soluções de continuidade, dava gosto e era causa de admiração, vê-lo discorrer com a maior lucidez e a maior profundidade sobre a crise actual de autoridade, da ordem, da igreja, da juventude e da moral, de que o Mundo está sofrendo.

As últimas palavras que lhe ouvi foram ditas ao cair da tarde do dia 14 de Julho, véspera da minha partida para a viagem oficial a S. Tomé e ao Príncipe, que constituíram uma serena, mas profunda crítica a uma audiência inesperadamente concedida e que tanto tinha molestado a alma portuguesa.

Quer na doença, como antes dela, a sensação que se colhia da sua maneira de ser era, por vezes, desconcertante. Por isso e também pela sua forma de viver a vida, bem se pode dizer, numa síntese da sua personalidade, que Salazar foi, além de tudo o mais, um homem diferente de todos os outros homens.

Com a morte do Presidente Salazar desapareceu da vida um homem de excepcional craveira e que raramente surge na história dum povo. Exclusivamente devotado à causa pública durante mais de quarenta anos, entrou na vida política da Nação na altura própria, pois durante sucessivas décadas e salvo alguns períodos mais ou menos efémeros, o povo português sentia que o estavam governando mal. E cansado de o ser e das frequentes revoluções, deixou-se governar bem, por quem conseguiu ganhar a sua confiança. E por isso foram possíveis quarenta anos de sábio governo.

Passou Salazar por quase todos os departamentos da administração do Estado e em todos deixou bem vincada a sua personalidade. Mas na sua vida política, foi sobretudo em três sectores que se exerceu mais incisivamente a sua influência. Foram eles as Finanças, onde arrumou uma casa que estava à beira da falência; os Negócios Estrangeiros, em que reconquistou, para Portugal, o respeito que havia perdido durante muitos anos de descrédito; e, finalmente, o Ultramar, onde, com a sua têmpera

inquebrantável de beirão, foi o paladino maior da defesa do nosso secular património.

Morreu em 27 de Julho não apenas um homem, mas outro Homem da História de Portugal. Quis ser modesto na morte, como o fora sempre na vida. Jaz em campa rasa, na terra em que nasceu. Porém subiu muito alto na vida e no conceito público e, tão alto, que foi muito justificadamente proclamado Benemérito da Pátria, quando, em 27 de Abril de 1965, foi inaugurada a sua estátua em Santa Comba Dão, frente ao Palácio da Justiça da sua terra natal, nesse dia igualmente inaugurado.

À sua memória devem os portugueses a maior gratidão, pois além de conseguir sustar a marcha acelerada do País para o abismo, inverteu o sentido dessa marcha, buscando sucessivamente e com firmeza, o rumo da salvação e do progresso, apesar das dificuldades frequentemente surgidas e, quase sempre, vindas do exterior.

Termino as palavras que dedico ao Presidente Salazar nesta mensagem, lembrando mais uma vez a Fundação que o tem por patrono e cuja finalidade tão

cara era ao seu coração de homem do povo e tão necessária é às famílias mais carecidas de lar decente. Os que queiram — e deviam ser muitos — e os que podem — e deviam ser todos — têm a obrigação moral de mostrar a sua gratidão a Salazar através da sua compreensão e generosidade por uma obra que se impõe pelo nome que ostenta e pelo fim que visa.

Vários velhos do Restelo, como em outros passos da nossa História, vaticinavam que com o desaparecimento de Salazar o País voltaria ao caos donde ele o tirara. Afirmá-lo, era negar a obra de Salazar para além da sua morte: felizmente ele tinha também razão quando afirmava que tudo seguiria sem sobressaltos, com os mesmos princípios gerais, embora com outro estilo de governo, pois cada um tem o seu. Na realidade, assim aconteceu e o País continuou a progredir a ritmo sempre crescente, sem descurar a defesa dos seus territórios de além-mar e das populações que neles vivem e trabalham para o bem comum. E a quietação, que felizmente continuou existindo no País, permitiu ao Governo um intenso, profícuo e abnegado labor.

No ano findo, por ter sido comemorado o V Centenário da Descoberta das Ilhas de S. Tomé e do Príncipe, desloquei-me oficialmente a essas ilhas, acompanhado pelo Ministro do Ultramar e pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo. Parti de Lisboa na manhã de 15 de Julho, realizando a viagem a bordo do paquete *Príncipe Perfeito*, que fez escala no Funchal no dia seguinte e chegou a S. Tomé, a 23, às primeiras horas da manhã. Propositadamente realizei a viagem por via marítima, para poder chegar por mar à ilha de S. Tomé e assim melhor homenagear os seus descobridores, Pêro Escobar e João de Santarém. A recepção ao pisar a terra da capital de S. Tomé, toda engalanada e repleta de povo, com os seus magníficos e bem trajados grupos folclóricos, foi transbordante de alegria e de entusiasmo, alegria e entusiasmo que se repetiram, com igual intensidade nos dias seguintes, nas vilas do interior que visitei. Já estivera oficialmente na ilha de S. Tomé em Outubro de 1963, no regresso da visita oficial a Angola e pude avaliar bem, volvidos quase sete anos, o notável progresso que a ilha e a sua capital patenteiam, não me agradando menos

o civismo das suas gentes, que bem notório foi em todas as cerimónias e visitas realizadas. O dia 27 era dedicado à ilha do Príncipe, que me recebeu nessa manhã com esfuziante entusiasmo, como acontecera seis anos atrás. Foi no fim da sessão solene realizada, após a chegada, na sede da Comissão Municipal da ilha, que foi recebida a triste notícia do falecimento do Presidente Salazar, pouco antes ocorrido. Em homenagem aos descobridores da ilha, ainda foi inaugurada a memória que lhes foi erguida na cidade de Santo António, capital do Príncipe, mas foi essa a última cerimónia, já silenciosa, das comemorações que o infausto acontecimento obrigou a suspender. Foi, aliás, bem visível o pesar das populações do Príncipe e de S. Tomé pela morte do Doutor Salazar e no dia 29 de manhã, quando parti de S. Tomé para Lisboa, via Luanda, a tristeza manifestada pela população era bem notória e tendo comparecido, em grande massa, na despedida, guardou sempre um profundo silêncio, apenas acenando em sinal de adeus. Tudo, na visita a S. Tomé e ao Príncipe, me agradou profundamente, tanto nas horas de esfuziante alegria, como nas horas de

comovente tristeza. As autoridades que superintendem nas duas ilhas e as gentes que nelas vivem deixaram-me a melhor das impressões, impressões que não se desvanecerão. Chegado a Lisboa, ao cair da noite do dia 29, pude estar presente e acompanhar o funeral do Presidente Salazar, saído do Mosteiro dos Jerónimos para Santa Comba Dão no dia 30. Durante ele foi consolador verificar a manifestação de pesar do povo de Lisboa e dos seus arredores, e do de todas as localidades por onde passou o comboio, com relevo, ainda maior, para Coimbra, em que houve uma paragem que teve de durar vários minutos. Foi, no seu todo, uma manifestação grandiosa, invulgar, mas inteiramente devida, do sentimento popular e um dia de intensa comoção, que não mais poderá ser esquecido.

Durante o ano, ontem findo, continuaram e terminaram as cerimónias comemorativas dos quintos centenários do nascimento do rei D. Manuel I e de Vasco da Gama e, também, do primeiro centenário do nascimento do marechal Óscar Carmona, todas iniciadas no ano de 1969. Em Alcochete assisti às cerimónias, de grande

relevo, com que a vila natal de D. Manuel celebrou, em 31 de Maio, o quinto centenário do nascimento do rei «Venturoso», que o soube ser, como então afirmei, sendo inaugurada a sua estátua. Em Beja e na Vidigueira assisti, em 25 de Outubro, às cerimónias que nessas duas terras se realizaram, memorando o quinto centenário do nascimento de Vasco da Gama, o navegador português de maior renome internacional, tendo, na segunda, sido inaugurada festivamente uma estátua sua. Em Lisboa e em Évora assisti às cerimónias levadas a efeito, em comemoração do primeiro centenário do nascimento do Marechal Carmona, todas de grande significado, a condizer com a figura do homenageado. No topo do Campo Grande foi inaugurada, em 24 de Novembro — dia em que faria 101 anos — uma bela estátua, em que bem ficou esculpida a sua nobre figura.

Além das deslocações, que os centenários ocorridos determinaram, mantive o ritmo de peregrinação ao longo do País, que há doze anos iniciei e que continuo considerando não apenas necessário, como até indispensável. Os contactos com o povo têm cada vez mais vantagens

e o povo gosta de ver o Chefe do Estado e, até, de desabafar com ele. O acolhimento que em toda a parte tem, sincero, carinhoso, respeitoso e entusiástico, assim o prova e, em retribuição inteiramente devida, o Chefe do Estado procura corresponder, amplamente, à forma excepcional como é sempre recebido.

Assim, entre muitas outras deslocações realizadas, que a extensão desta mensagem já não permite referir, e as habituais visitas a estabelecimentos militares, inaugurações, actos e cerimónias a que anualmente costumo estar presente, lembro apenas, por ordem cronológica, as visitas às Barragens de Odivelas e do Monte da Rocha, em construção, e ao local onde será erguida a de Alqueive; a visita oficial a Torres Vedras; a inauguração em Santa Comba Dão das primeiras casas da Fundação Salazar; as visitas às Barragens, em construção, de Vilarinho das Furnas, da Régua e do Carrapatelo; a inauguração da refinaria da Sacor do Porto; as visitas a Famalicão, Guimarães, Braga, Barcelos, Esposende, Vila Verde, Valença e Monção, com inauguração de dois palácios de Justiça; visita a Pinhel, em comemoração do segundo centenário

da sua elevação a cidade; visitas à cidade de Aveiro, à Murtosa, à Vila da Feira, Lourosa, Paços de Brandão, Lamas e à vila de Arouca; inauguração de um importante bairro de casas económicas em Setúbal; inauguração da bela pousada de Estremoz; inauguração da primeira fase dos majestosos edifícios do Palácio de Justiça de Lisboa; inauguração das novas e magníficas instalações da Escola de Pesca de Lisboa; visitas ao Porto, a Santo Tirso, Estorãos, Gerês, Vila Real, Sanfins e Mirandela, para inaugurações e cerimónias de grande projecção; visita à Covilhã, no encerramento das comemorações do primeiro centenário da sua elevação a cidade; inauguração do novo Centro de Reabilitação de Diminuídos de Paralisia Cerebral, em Lisboa; e inauguração do Museu Roque Gameiro, em Minde.

Esta minha necessária faina é agora partilhada, mediante actuação semelhante, com o Doutor Marcello Caetano. Dela só podem resultar vantagens, pois os contactos regulares do Chefe do Governo com as populações revestem-se, presentemente, da maior utilidade, por assim poder auscultar, mais directamente, as suas neces-

sidades, os seus anseios, as suas razões de queixa e a sua forma de pensar. O acolhimento franco, amistoso e entusiástico com que tem sido recebido em todas as terras que tem visitado é, do que afirmo, prova insofismável.

Uma referência especial é sempre devida às cerimónias realizadas, em 10 de Junho, na capital e em outras cidades do País, de homenagem e reconhecimento aos nossos bravos militares dos Exércitos de Terra, Ar e Mar. São cerimónias impressionantes, de carácter vincadamente patriótico, em que se lembram aqueles que mais se distinguiram na defesa da integridade do solo português e, especialmente, os que morreram em holocausto da Pátria.

Dada a já longa extensão desta mensagem, só nela abordarei mais os dois pontos com que a finalizo.

Os desastres de viação nas nossas estradas, no ano transacto, tal como o panorama internacional que procurei traçar e verberar na primeira parte desta mensagem, são um espectáculo terrivelmente confrangedor da nossa época. A estrada quase se transformou num cemitério humano.

A fragilidade e o aumento de velocidade dos carros ligeiros, que cada vez mais contrasta com a robustez e dimensões dos pesados; as tentações de ultrapassagem em condições desfavoráveis, contando com a sorte, que se vai negando, cada vez mais, com o aumento do tráfego; a deficiência de condução, que nos fins das semanas e nos dias feriados é mais notória; a incapacidade física com que os carros são, por vezes, conduzidos alta noite ou ao romper da madrugada; e, sobretudo, a falta de educação que a cada passo se nota na estrada são as causas principais do que, trágicamente, vem acontecendo, pois as outras causas, as imponderáveis e imprevisíveis, são apenas fruto da fatalidade.

Na realidade, o principal problema a resolver é o da educação de quem conduz na estrada. São vulgares actuações que patenteiam uma ausência completa de civismo e que podem ser autênticos crimes, por ocasionarem acidentes fatais e situações quantas vezes sem remédio. É indispensável sanar tal situação, em progressivo agravamento, mesmo tendo de usar medidas drásticas, para evitar o prosseguimento da mortandade, que

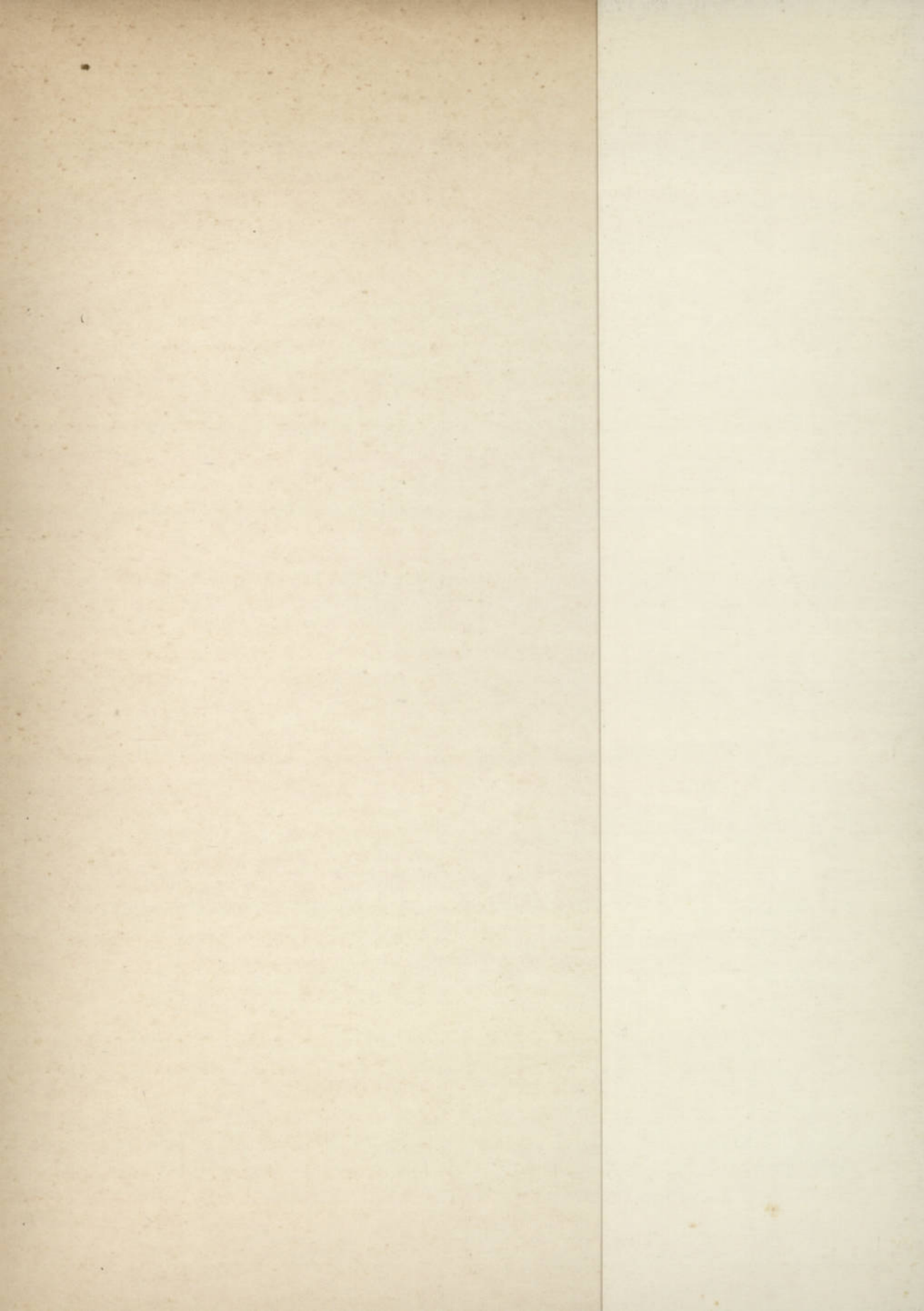
excede muito a perda de vidas que a guerra nas três frentes de África tem causado. Há que opor um dique eficaz ao flagelo que ensanguenta constantemente as nossas estradas.

O segundo ponto é o das nossas relações com os demais países. Temos mantido o propósito de sempre, de tudo fazer para estreitar os laços de compreensão e de amizade com todos, na busca dum melhor convívio internacional e temos, até, oferecido o nosso possível préstimo àqueles que clara ou encobertamente nos hostilizam. É certo termos óptimas relações com o Brasil e a Espanha e as melhores relações com muitas outras nações. Porém e apesar da nossa correctíssima atitude, temos razões de fundamentada queixa quanto à falta de reciprocidade de algumas nações e relativamente à incompreensão existente em muitas delas.

Ainda recentemente fomos condenados numa espécie de processo sumário, que não honra a justiça e ofende a moral, por um organismo que teima em olvidar casos reais e reprováveis, que deixa passar em claro, como succedeu com o da Índia Portuguesa.

Qual é, afinal, o crime de Portugal? Paradoxalmente esse crime consiste, exclusivamente, na defesa daquilo que é seu há cinco séculos, por ter sido descoberta sua e por ter sido povoado ou trazido à civilização por sua exclusiva acção. Se houvesse no Mundo consciência da realidade, toda a sociedade ocidental — pela menos essa — deveria estar grata a Portugal. Infelizmente, porém, muitos dos principais responsáveis, por variadíssimas razões e interesses efémeros, parecem não pensar dessa forma ou não terem coragem de a manifestar. Temos, pois, que continuar esperando que o bom senso volte um dia ao nosso planeta.

Entretanto continuemos saudando as nossas gentes e todos aqueles que, abnegadamente e contra todas as incompreensões, se batem pela nossa verdade, que é afinal — e foi em todos os séculos da nossa longa vida — a razão de ser da nossa existência.



NB



EFG0000513398



S